



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2015 |

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA



| Relatório de Atividades 2015 |

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	3
INTRODUÇÃO	4
1. ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO DA FDUL	5
2. ENSINO	6
2.1. ALUNOS INSCRITOS	8
a) <i>Licenciatura / 1.º ciclo</i>	8
b) <i>Mestrados / 2.º ciclo</i>	10
c) <i>Doutoramento / 3.º ciclo</i>	10
d) <i>Cursos não conferentes de grau</i>	11
e) <i>Total de inscritos</i>	11
2.2. DIPLOMADOS	12
a) <i>Licenciatura / 1.º ciclo</i>	12
b) <i>Notas finais da Licenciatura</i>	13
c) <i>Mestrado / 2.º ciclo</i>	14
d) <i>Doutoramento / 3.º ciclo</i>	14
e) <i>Total de diplomados</i>	15
2.3. OUTRAS ESTATÍSTICAS	15
a) <i>Nacionalidade</i>	15
b) <i>Nota de entrada através do Concurso Nacional de Acesso (CNA)</i>	17
c) <i>Total de candidaturas através do CNA</i>	19
d) <i>Ordem de escolha dos candidatos do CNA</i>	19
e) <i>Distribuição geográfica dos candidatos à Licenciatura em Direito</i>	21
f) <i>Desemprego de diplomados</i>	22
3. APOIO AOS ESTUDANTES	23
4. INVESTIGAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO	30
5. INTERNACIONALIZAÇÃO	31
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46
7. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	48
8. RECURSOS HUMANOS	48
9. RECURSOS MATERIAIS	50
Índice de Tabelas	51
Índice de Gráficos	51
Índice de Ilustrações	52

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
BIB	Biblioteca
CA	Conselho Académico
CARL	Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios
CC	Conselho Científico
CE	Conselho de Escola
CG	Conselho de Gestão
CP	Conselho Pedagógico
DAC	Divisão Académica
DAD	Divisão Administrativa
Dir.	Diretor
FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
GAE	Gabinete de Apoio ao Aluno
GAG	Gabinete de Apoio à Gestão
GCI	Gabinete de Consultoria Jurídica
GERI	Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais
GI	Gabinete de Informática
GRI	Gabinete de Relações Internacionais
GRS	Gabinete de Responsabilidade Social
GSP	Gabinete de Saídas Profissionais
ICJ	Instituto da Cooperação Jurídica
IDB	Instituto de Direito Brasileiro
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública
UC	Unidade Curricular
UL/ ULisboa	Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2015 |

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Direito tem como missão criar, transmitir e difundir conhecimento e cultura no domínio das ciências jurídicas e das demais disciplinas com elas conexas.

Ao longo de mais de cem anos de existência a FDUL tem-se afirmado, no plano nacional e internacional, como instituição de referência no ensino do Direito e na produção de conhecimento científico, articulando este desígnio com os objetivos de modernização e inovação, de eficiência da gestão e de abertura à comunidade.

O presente relatório sintetiza as principais atividades e acompanha a apresentação dos documentos de prestação de contas a que a FDUL se encontra legalmente obrigada.

De 1 de janeiro de 2015 até 2 de dezembro de 2015, a responsabilidade pela prestação de contas recai sobre o Conselho de Gestão, composto, por Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (Diretor), Dr.ª Ana Paula Carreira (Diretora Executiva) e Dr.ª Ana Ramos (responsável pela área financeira).

Compõem o atual Conselho de Gestão o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Diretor), a Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire (Subdiretora), a Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno (Diretora Executiva) e Dr.ª Ana Ramos (responsável pela área financeira), nos termos do Despacho 19/2016.

| Relatório de Atividades 2015 |

1. ORGANIZAÇÃO E GOVERNAÇÃO DA FDUL

São órgãos da Faculdade de Direito, tal como indicados nos seus estatutos: o Conselho de Escola, o Diretor, o Conselho de Gestão, o Conselho Académico, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. A Faculdade compreende ainda, como órgão de extensão à comunidade, o Conselho Consultivo.

Integram a estrutura orgânica da Faculdade seis unidades administrativas de gestão:

- Divisão Académica
- Divisão Administrativa
- Gabinete de Informática
- Gabinete de Apoio à Gestão
- Gabinete de Relações Internacionais
- Gabinete de Apoio ao Estudante

E nove unidades administrativas técnico científicas:

- Biblioteca
- Instituto da Cooperação Jurídica
- Instituto de Direito Brasileiro
- Gabinete de Responsabilidade Social
- Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais
- Gabinete de Saídas Profissionais
- Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios
- Gabinete de Consultoria Jurídica
- Gabinete de Centros de Apoio

As Unidades administrativas de gestão são dirigidas pela Diretora Executiva (artigos 38.º, n.º 2, alínea a), dos Estatutos) e, no caso da Divisão Académica e do Núcleo de Recursos Humanos, por dirigentes intermédios.

As Unidades administrativas técnico-científicas são geridas pelos respetivos Presidentes e, no caso da Biblioteca, pelo Professor Bibliotecário, exceto nas questões administrativas e de recursos humanos, em que são dirigidas pela Diretora Executiva (artigos 38.º, n.º 2, alínea a), e 67.º, n.º 2, dos Estatutos da FDUL).

2. ENSINO

A FDUL é uma instituição de tradição centenária no ensino jurídico, na produção e disseminação de saberes científicos, apostada, simultaneamente, na adequação da oferta lectiva às temáticas e desafios da atualidade e na modernização dos seus métodos de ensino. Contribuem para fazer da FDUL uma escola de referência entre as melhores faculdades de Direito nacionais e estrangeiras a qualidade e mérito do corpo docente, o rigor e inovação dos seus planos curriculares, a abordagem prática da aprendizagem, a capacidade de influência social, económica e política dos profissionais por si formados, bem como a sua abertura cosmopolita.

A Faculdade ministra o curso de Licenciatura em Direito, 10 cursos de Mestrado, um dos quais com 23 perfis de especialização e um curso de Doutoramento, com 7 áreas de especialização. Para além destes níveis de formação a Faculdade desenvolve uma relevante atividade no domínio da leccionação de cursos pós-graduados não conducentes à obtenção de grau, nomeadamente, cursos de aperfeiçoamento e cursos de pós-graduação.

A FDUL promove a mobilidade dos seus estudantes, através do intercâmbio com instituições de ensino superior estrangeiras, bem como a oferta de disciplinas ministradas em inglês e de cursos intensivos, em diversas áreas de especialização.

A *Licenciatura* em Direito, com a duração de 8 semestres, confere a todos os estudantes uma sólida formação global de base orientada para a compreensão e resolução de fenómenos e problemas jurídicos. O plano de estudos compreende unidades curriculares obrigatórias, que conferem uma formação de base comum, e unidades curriculares optativas que, complementando aquela formação procuram atualizar o saber jurídico e ir de encontro às preferências pessoais dos estudantes.

Os cursos de *Mestrado* em Direito conferem um aprofundamento na formação científica em ciências jurídicas e dotam os alunos de conhecimentos técnico-jurídicos diferenciadores e necessários à vida profissional ativa. O grau de mestre é conferido aos alunos que obtenham 120 créditos, através da aprovação no curso de mestrado em 8 UC (60 créditos) e da aprovação na defesa de uma dissertação de natureza científica original (60 créditos). A aprovação nas UC que compõem o curso de mestrado confere ao aluno o diploma de “especialista”.

A oferta formativa da FDUL é composta pelos seguintes domínios de especialização (mestrado profissionalizante): mestrado em Ciências do Direito (com as áreas de especialização de Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Bancárias, Ciências

| Relatório de Atividades 2015 |

Jurídico-Criminais, Ciências Jurídico-Internacionais e História do Direito), mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais; mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras; mestrado em Ciências Jurídico-Forenses; mestrado em Direito Administrativo; mestrado em Direito e Economia; mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais.

Assim como Mestrado em Direito (mestrado científico) com as seguintes especializações: Ciência Política; Ciências Jurídicas; Ciências Jurídico-Ambientais; Ciências Jurídico-Criminais; Ciências Jurídico-Internacionais; Ciências Jurídico-Laborais; Concorrência e Regulação; Direito Administrativo; Direito Bancário e dos Seguros; Direito Comercial; Direito Constitucional; Direito Fiscal; Direito Intelectual; Direitos Fundamentais; Economia e Análise Económica do Direito; Filosofia e Teoria do Estado; Finanças Públicas e Privadas; História do Direito; Teoria do Direito.

O *Doutoramento* em Direito corresponde ao mais elevado grau académico e de formação científica alcançada através do reforço da investigação científica e da capacidade de compreender, conceber, projetar e realizar uma construção sistemática, inovadora e coerente em novos domínios do saber jurídico. A atribuição do grau de doutor em Direito pressupõe a obtenção de 240 créditos: aprovação no curso de formação avançada em dois semestres (60 créditos), e elaboração da tese de doutoramento, num prazo máximo de seis semestres, sua discussão e aprovação (180 créditos). A frequência e aproveitamento no curso de doutoramento, sem que tenha existido apresentação ou aprovação da dissertação, conferem ao aluno um diploma de “perito” na respectiva área de especialidade. A oferta lectiva neste domínio compreende as seguintes especialidades: Ciências Histórico-Jurídicas; Ciências Jurídico-Civis; Ciências Jurídico-Empresariais; Ciências Jurídico-Criminais; Ciências Jurídico-Políticas; Ciências Jurídico-Internacionais e Europeias; Ciências Jurídico-Económicas.

Encontra-se em processo de implementação a nova estrutura de oferta pós-graduada, aprovada pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e que contará com três novos cursos de mestrado e um novo curso de doutoramento: curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica; curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica; curso de Mestrado em Direito, Interioridade e Relações Transfronteiriças (em associação com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa); curso de Doutoramento em Direito.

A Divisão Académica (DAC) é o serviço responsável pela organização, gestão administrativa e registo dos cursos, bem como pelas inscrições e atos académicos,

| Relatório de Atividades 2015 |

organizando e mantendo atualizado o arquivo dos processos individuais dos alunos. A DAC colabora na divulgação, acreditação e avaliação de todos os cursos da FDUL.

2.1. ALUNOS INSCRITOS

a) Licenciatura | 1.º ciclo

No ano letivo 2015-16 o número de alunos inscritos na licenciatura aumentou cerca de 3% relativamente ao ano letivo anterior, estabelecendo o número mais elevado do 6 anos letivos em análise (cf. tabela 1). Em comparação com o ano letivo 2010-11 o crescimento foi na ordem dos 7%, i.e. de 2764 para 2962.

No que concerne aos alunos “1.º ano 1.ª vez” o número de inscritos registou um aumento de 9% face ao período homólogo. Este aumento é em grande parte explicado pelo aumento do número de inscrições ao abrigo dos concursos especiais de acesso (cf. tabela 2). Dos 595 alunos que ingressaram no curso id. 9078, 446 entraram pelo Regime Geral de Acesso, ao passo que os restantes 149 são provenientes dos Concursos Especiais de Acesso (e.g. maiores de 23 anos, reingressos, transferências, mudanças de cursos) e dos Regimes Especiais de Acesso e Ingresso (e.g. atletas de alta competição, bolseiros dos PALOP, estudante internacional). O curso pós-laboral (id. 8358) registou, por seu turno, 118 alunos inscritos, o que representa uma diminuição de 36 inscrições face ao ano letivo anterior.

Tabela 1 | Análise evolutiva do número de inscritos em Licenciatura
N.º de inscritos

	N.º de inscritos			1.º ano / 1.ª vez ^{b)}		
	Horário diurno	Horário noturno	Total ^{a)}	Curso id. 9078	Curso id. 8358	Total
2010/2011	2566	198	2764	562	124	686
2011/2012	2438	253	2691	504	94	598
2012/2013	1755	1026	2781	522	152	674
2013/2014	1877	961	2838	531	148	679
2014/2015	1918	965	2883	495	154	649
2015-2016^{c)}	2020	942	2962	595	118	713

a) Este indicador engloba os alunos indicados como 1º ano 1ª vez.

b) Os números apresentados têm por base os dados oficiais reportados à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, através do RAIDES 10, 11, 12, 13, 14 e 15

c) Dados obtidos a 31-03-2016

Nota: Os dados referentes ao número de inscritos nos anos letivos 2010/11 e 2011/12 tiveram por base os dois cursos de licenciatura (cd. Oficial 9078 e 8358), sendo que os dados indicados foram obtidos através do Inquérito Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES) de 2010 e 2011. Os dados do curso 9078 constam

| Relatório de Atividades 2015 |

da coluna “Horário Diurno” e os dados do curso pós-laboral cd. 8358 constam da coluna “Horário Noturno”.

A partir do ano letivo 2012-13 os dados referem-se ao horário da turma e não ao curso. Estes dados foram obtidos através do SIGES/CSE.

Nesta tabela não constam os alunos Erasmus e em Regime Livre

Na **tabela 2** constam os dados relativos à evolução do número de alunos inscritos através dos Concursos Especiais de Acesso. Os dados apresentados permitem concluir que, comparativamente com o ano letivo 2014-15, verificou-se um aumento de 7% do número de admissões. Esta evolução é em grande parte explicada pelo aumento do número de alunos que ingressaram através dos regimes de (i) maiores de 23, (ii) mudança de curso e (iii) titulares de cursos superiores. Importa aqui destacar os 11 alunos que ingressaram através do regime especial de acesso e ingresso Estudante Internacional¹. Esta opção de ingresso já estava em vigor desde o ano letivo 2014-15, mas nesse ano, e apesar de existirem candidatos, nenhum concretizou a matrícula.

Tabela 2 | Análise evolutiva da admissão de Alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso

	Transfe- rência	Maiores de 23 anos	Reingress o	Mudança de curso	Titulares de Cursos Superiore s	Estudante ^{b)} Internacional	Total
2010/2011	22	104	200	8	3	--	337
2011/2012	13	79	122	10	0	--	224
2012/2013	30	84	110	16	8	--	248
2013/2014	16	64	137	11	32	--	260
2014/2015	5	32	160	4	43	0	244
2015/2016^{a)}	7	42	149	19	46	11	263

a) Dados obtidos a 31-03-2016

b) Regime especial de acesso e ingresso no Ensino Superior.

Fonte: SIGES/CSE

¹ Estudante Internacional é o estudante que não tem nacionalidade portuguesa. Não são considerados estudantes internacionais: os nacionais de um Estado membro da União Europeia; os que, não sendo nacionais de um estado membro da União Europeia, residam legalmente em Portugal há mais de dois anos; os que requeriram o ingresso no ensino superior através dos regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior.

| Relatório de Atividades 2015 |

b) Mestrados | 2.º ciclo

A oferta formativa de Mestrados tem sido uma aposta desta Faculdade nos últimos anos, em especial desde o ano letivo 2007-08, altura em que foram criados os Mestrados Profissionalizantes. A **Tabela 3** revela que o total de alunos inscritos nos mestrados tem evoluído positivamente ao longo dos anos letivos em consideração, verificando-se um crescimento global mais pronunciado no mestrado profissionalizante. Estes representam 57% do total de inscritos no presente ano letivo, enquanto o mestrado científico 43%.

Tabela 3 | Análise evolutiva do número de inscritos em Mestrado
N.º de inscritos^{a)} 1.º ano / 1.ª vez^{b)}

	Mestrado Profissionalizante	Mestrado Científico	Total	Mestrado Profissionalizante	Mestrado Científico	Total
2010/2011	547	457	1004	352	354	706
2011/2012	656	412	1068	362	193	555
2012/2013	593	479	1072	282	191	473
2013/2014	634	468	1102	238	160	398
2014/2015	670	505	1175	290	173	463
2015/2016^{c)}	644	595 ^{d)}	1239	264	201	465

a) Fonte: SIGES/CSE

b) Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, através do RAIDES 15

c) Dados obtidos a 31-03-2016

d) Este número engloba 143 alunos que ainda poderão proceder à inscrição, no ano letivo 2015-2016 no 2.º ano (fase da dissertação).

c) Doutoramento | 3.º ciclo

O número de alunos inscritos em Doutoramento tem registado uma evolução semelhante aos restantes ciclos de estudo. Nos anos letivos indicados na **Tabela 4** verificou-se uma tendência constante de aumento do número de inscritos no curso de doutoramento, com exceção do ano letivo 2014-15 onde se registou um decréscimo de 14% face a 2013-14. No presente ano letivo, por seu turno, verificou-se um aumento de 14%, comparativamente com o ano letivo 2013-14.

| Relatório de Atividades 2015 |

Tabela 4 | Análise evolutiva do número de inscritos em Doutoramento

	Parte escolar	Preparação da tese	Total
2010/2011	54	118	172
2011/2012	41	138	179
2012/2013	39	174	213
2013/2014	37	277	314
2014/2015	44	226	270
2015/2016^{a)}	53	255 ^{b)}	308

a) Dados obtidos a 31-03-2016

b) Este número engloba 32 alunos que ainda poderão proceder à inscrição, no ano letivo 2015-2016 no 2.º ano (fase da dissertação).

Fonte: SIGES/CSE

d) Cursos não conferentes de grau

Número de inscritos em cursos não conferentes de grau, leia-se cursos de Pós-Graduações, geridos pela FDUL.

Tabela 5 | Análise evolutiva do número de inscritos cursos não conferentes de grau

	Total
2010/2011	
2011/2012	
2012/2013	
2013/2014	39
2014/2015	49
2015/2016	9 ^{a)}

a) Este número contempla os alunos inscritos nas PG de “Atualização em Direito Europeu, Global e Comparado” e “Ética, Direito e Pensamento Político”.

Fonte: SIGES/CSE

e) Total de inscritos

O presente capítulo procura realizar uma análise global deste indicador pelos diferentes ciclos de estudo.

Entre os anos letivos 2011-12 e 2015-16 registou-se um aumento de 801 alunos

| Relatório de Atividades 2015 |

inscritos nos diversos ciclos de estudo. O aumento mais significativo ocorreu no ano letivo 2013-14, onde o número de alunos inscritos, face ao ano letivo anterior, aumentou cerca de 12%. No presente ano letivo a evolução registada significou um aumento de 2% comparativamente com o ano letivo anterior.

Tabela 6 | Análise evolutiva do número total de inscritos

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Não conf. grau	Total
2010/2011	2764	1004	172		3940
2011/2012	2691	1068	179		3938
2012/2013	2781	1072	213		4066
2013/2014	2840	1102	314	39	4533
2014/2015	3157	1175	270	49	4651
2015/2016	3185 ^{a)}	1239 ^{b)}	308 ^{c)}	9	4741

a) Este número contempla 200 Alunos Erasmus e 43 em Regime Livre.

b) Incluindo os 146 Alunos cujo prazo de inscrição 2015-2016 decorre em abril de 2016.

c) Incluindo os 32 Alunos cujo prazo de inscrição 2015-2016 decorre em abril de 2016.

Fonte: SIGES/CSE

2.2. DIPLOMADOS

a) Licenciatura | 1.º ciclo

No ano letivo 2013/2014 foram registados 363 diplomados, enquanto no ano letivo subsequente esse número subiu para os 381, o que representa uma evolução positiva de cerca de 5%.

Tabela 7 | Análise evolutiva do número de diplomas de Licenciatura atribuídos

	Licenciatura
2010/2011	314
2011/2012	358
2012/2013	329
2013/2014	363
2014/2015	381

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

Fonte: SIGES/CSE

| Relatório de Atividades 2015 |

b) Notas finais da Licenciatura

O Gráficos 1, 2 e 3 possibilitam uma análise do intervalo² de notas finais obtidas pelos alunos de Licenciatura nos anos letivos 2012-13, 2013-14 e 2014-15. Os dados apurados revelam uma evolução uniforme nos anos letivos em consideração. Em média 70% dos alunos têm notas entre 10 e 13 valores (nota qualitativa de suficiente), enquanto cerca de 23% tem notas compreendidas entre 14 e 15 valores (nota qualitativa de bom). Os restantes 7% têm notas superiores a 15 valores.

Gráfico 2 | Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2012-13

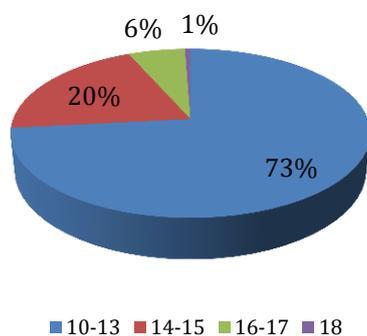
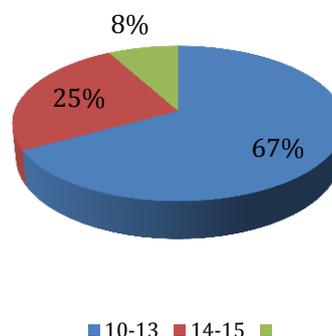


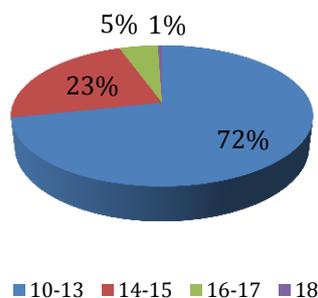
Gráfico 1 | Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2013-14



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, RAIDES 13

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, RAIDES 14

Gráfico 3 | Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2014-15



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, RAIDES 15

² O intervalo de notas utilizado está de acordo com a escala de notas qualitativas previstas no n.º 4 do Artigo 41.º do Regulamento de Avaliação, i.e. 10 - 13 valores – Suficiente; 14-15 valores – Bom; 16-17 valores – Muito Bom; 18-20 valores – Excelente

| Relatório de Atividades 2015 |

c) Mestrado | 2.º ciclo

A **Tabela 8** exibe a evolução do número de diplomados em cursos de 2º ciclo. Como se verifica a evolução registada desde o ano letivo 2010-11 tem-se pautado por um crescimento do número de graduados, sendo que no presente ano letivo, em contra ciclo, registou-se um decréscimo de 8%.

Tabela 8 | Análise evolutiva do número de diplomas de Mestrado atribuídos

	Mestrado Profissionalizant e	Mestrado Científico	Total
2010/2011	8	103	111
2011/2012	56	72	128
2012/2013	59	84	143
2013/2014	85	103	188
2014/2015	85	88	173

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

Fonte: SIGES/CSE

d) Doutoramento | 3.º ciclo

Na **Tabela 9** é possível aferir que a evolução do número de doutorados nos diversos anos letivos em análise tem sido irregular. Nos anos letivos 2011-12 e 2013-14 este número cifrou-se nos 21 doutorados, enquanto nos restantes anos letivos o número diminuiu significativamente.

Tabela 9 | Análise evolutiva do número de diplomas de Doutoramento atribuídos

	Doutoramento
2010/2011	9
2011/2012	21
2012/2013	6
2013/2014	21
2014/2015	11

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

Fonte: SIGES/CSE

| Relatório de Atividades 2015 |

e) Total de diplomados

Entre os anos letivos 2011-12 e 2015-16 registou-se um aumento de 131 do total de graduados, o que representa um aumento de 30% (cf. Tabela 10). No ano letivo 2014-15, por seu turno, verificou-se uma diminuição ligeira, i.e. menos 7 graduados que no ano letivo 2013-14.

Tabela 10 | Análise evolutiva do número de diplomas atribuídos

	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
2010/2011	314	111	9	434
2011/2012	358	128	21	507
2012/2013	329	143	6	478
2013/2014	363	188	21	572
2014/2015	381	173	11	565

Nota: intervalo de datas considerado 01-09-20XX a 31-08-20YY.

Fonte: SIGES/CSE

2.3. OUTRAS ESTATÍSTICAS

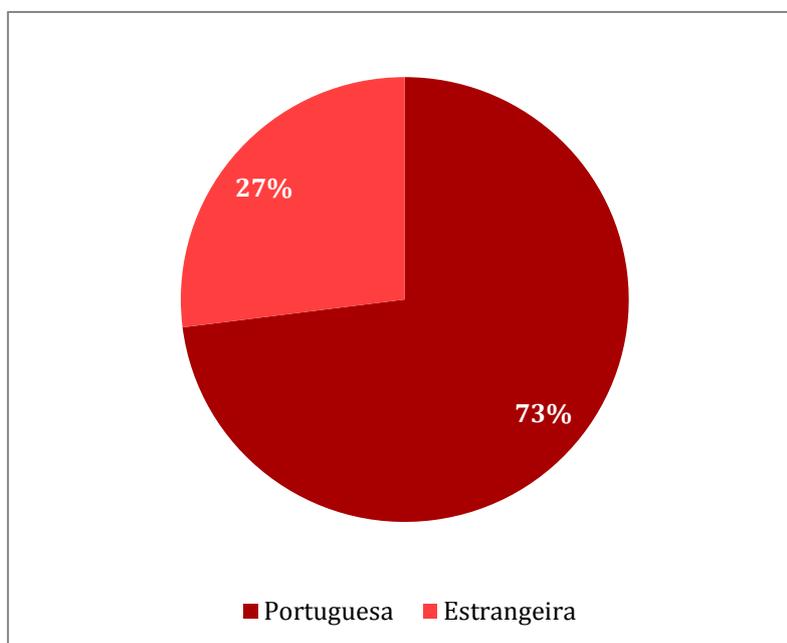
A vida académica de uma Instituição de Ensino Superior engloba outros indicadores, para além dos anteriormente referidos, que auxiliam para uma observação mais abrangente do objeto em análise. Com este propósito, de seguida serão observados outros indicadores, tais como (i) nacionalidade dos alunos, (ii) nota mínima de entrada do Concurso Nacional de Acesso (CNA), (iii) número de candidatos através do CNA, (iv) ordem de escolha dos candidatos do CNA, (v) distribuição geográfica dos candidatos do CNA e (vi) desemprego de diplomados.

a) Nacionalidade

No presente ano letivo estão inscritos 3185 alunos (cf. tabela 6). Destes, 867 são de nacionalidade estrangeira, o que representa 27% (cf. Gráfico 4).

| Relatório de Atividades 2015 |

Gráfico 4 | Percentagem de alunos inscritos por nacionalidade, no ano letivo 2015-16



Fonte: SIGES/CSE

A **Tabela 11** possibilita uma observação mais detalhada sobre a nacionalidade dos alunos estrangeiros. Assim, conclui-se que o Brasil representa cerca de 62% do total de alunos estrangeiros, seguindo-se Angola, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O conjunto destas quatro nacionalidades representa cerca de 81% do total de alunos estrangeiros. A elevada representatividade destas nacionalidades pode ser explicada pela similitude do ordenamento jurídico e pela identidade da língua entre estes países e Portugal.

Tabela 11 | Número de alunos inscritos por nacionalidade estrangeira, entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16

Nacionalidade	Anos Letivos			% 2015-16
	2013-14	2014-15	2015-16	
Brasileira	550	589	535	61,71%
Angolana	62	73	81	9,34%
Guineense	33	39	55	6,81%
Cabo-Verdiana	34	35	31	3,58%
Italiana	25	20	35	4,04%
Alemã	19	16	22	2,54%
Espanhola	11	17	15	1,73%
S. Tomense	14	13	14	1,61%
Moçambicana	9	11	11	1,27%



| Relatório de Atividades 2015 |

Eslovénia	10	7	4	0,46%
Francesa	8	13		0,00%
Polaca	6	7	8	0,92%
Chinesa	3	5	8	0,92%
Ucraniana	4	6	6	0,69%
Belga	3	5	7	0,81%
Holandesa	2	1	4	0,46%
Croata	2	4		0,00%
Reino Unido	2	2	2	0,23%
Gregá	2	2	1	0,12%
Romena	1	1	3	0,35%
Húngara	1		3	0,35%
Moldávia	2	1	1	0,12%
Republica Checa		1	3	0,35%
Turquia	1	1	2	0,23%
Colombiana	1	1	1	0,12%
Estados Unidos da América	1	1	1	0,12%
Letónia		1	2	0,23%
Perú	1	1	1	0,12%
Chilena			2	0,23%
Lituânia			2	0,23%
Macaense		1	1	0,12%
Norueguesa		1	1	0,12%
Síria			2	0,23%
Albanesa	1			0,00%
Australiana	1			0,00%
Búlgara	1			0,00%
El Salvador			1	0,12%
Irão			1	0,12%
Japão	1			0,00%
Senegal		1		0,00%
Timor Leste		1		0,00%
Uruguai			1	0,12%
Total Geral	811	878	867	

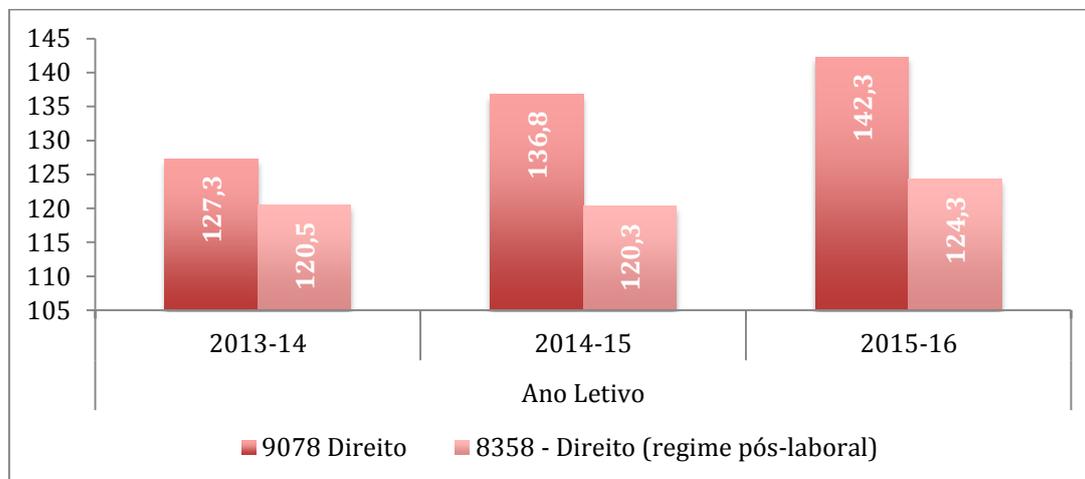
Fonte: SIGES/CSE

b) Nota de entrada através do Concurso Nacional de Acesso (CNA)

O **Gráfico 5** permite observar uma evolução positiva nos três anos letivos em análise, sendo de destacar o crescimento da média de entrada no curso id. 9078, que no presente ano letivo cifrou-se nos 142,3.

| Relatório de Atividades 2015 |

Gráfico 5 | Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso, entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16



Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014 e 2015

Em comparação com as principais congéneres nacionais, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa alcança o 4º lugar, estando classificada à frente da Faculdade de Direito de Coimbra (cf. tabela 12). Este posicionamento pode, em grande parte ser explicado pelo número de vagas disponíveis na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso. Neste capítulo a FDUL fica em primeiro lugar, 146 vagas à frente da Faculdade de Direito de Coimbra.

Tabela 12 | Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso de 2015-16, por Instituição de Ensino Superior

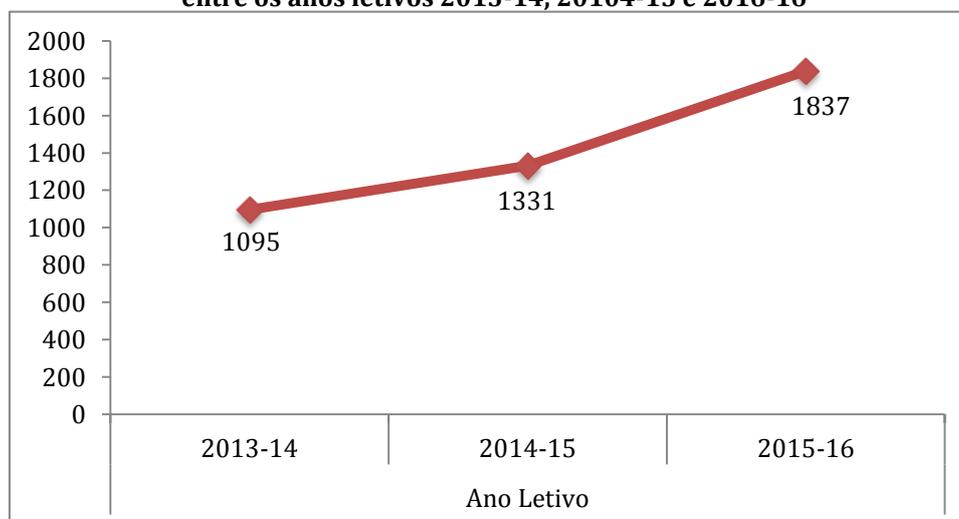
Instituição	Nota último colocado	N.º Vagas
Universidade do Porto - Faculdade de Direito	165,4	155
Universidade do Minho	161,6	110
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	159,3	100
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	142,3	480
Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	142	334

Fonte: DGES

c) Total de candidaturas através do CNA

A evolução do número de candidaturas através do Concurso Nacional de Acesso, registado entre os anos letivos em análise no **Gráfico 6**, é significativamente positiva. Entre os anos letivos 2015-16 e 2013-14 registou-se um aumento de 68%.

Gráfico 6 | Número de candidaturas através do CNA, à Licenciatura em Direito (id. 9078), entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16



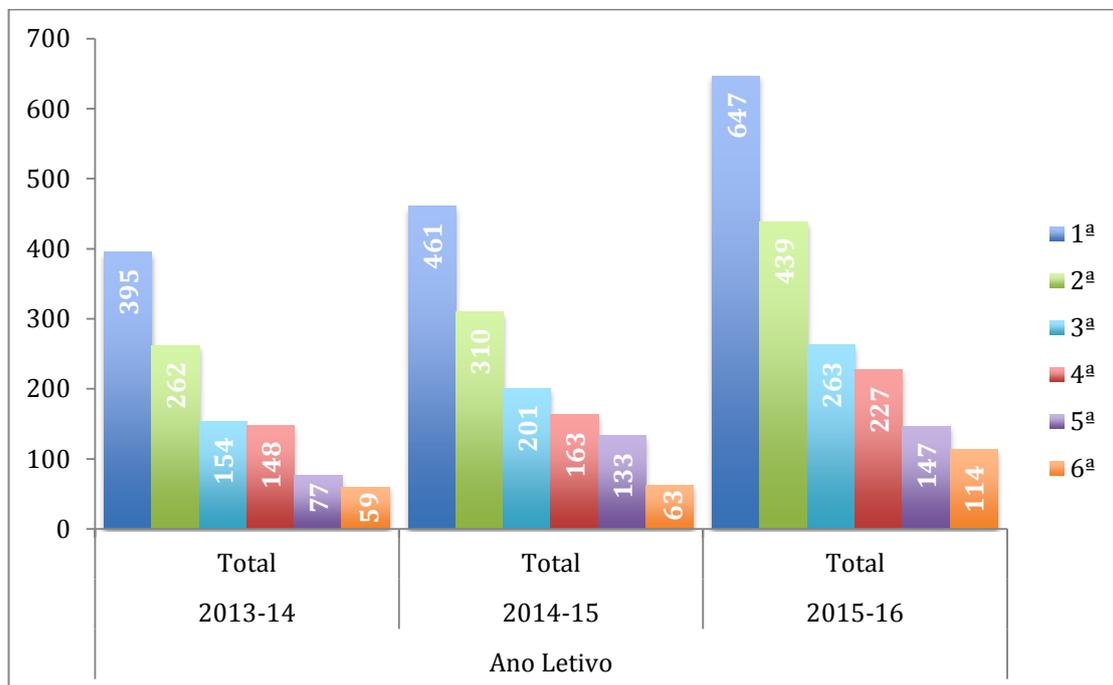
Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014 e 2015

d) Ordem de escolha dos candidatos do CNA

O **Gráfico 7** relata a evolução positiva do indicador em análise, em linha com o aumento do número de candidatos registados nos anos letivos em apreço (cf. gráfico 4).

| **Relatório de Atividades 2015** |

Gráfico 7 | Número de candidaturas à 1ª fase do CNA, por ordem de escolha dos candidatos, nos anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16



Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso, 2013, 2014 e 2015

e) Distribuição geográfica dos candidatos à Licenciatura em Direito

A análise do indicador “distribuição geográfica dos candidatos” possibilita a observação do nível de influência territorial da FDUL. Os dados patentes na **Ilustração 1** são conclusivos: 37% dos candidatos do CNA são provenientes do Distrito de Lisboa, sendo 20% provenientes dos 3 Distritos limítrofes. Uma observação mais detalhada deste indicador pelos concelhos do Distrito de Lisboa verifica-se que o Concelho com maior peso é o de Lisboa, logo seguido por Sintra e Cascais.

Ilustração 1 | Distribuição geográfica dos candidatos à primeira fase do CNA do ano letivo 2015-16



Tabela 13 | Número de candidatos à 1ª fase do CNA, por Concelho do distrito de Lisboa

Concelho	Total
Lisboa	307
Sintra	92
Cascais	63
Oeiras	56
Loures	41
Amadora	33
Mafra	29
Odivelas	24
Vila Franca de Xira	17
Torres Vedras	7
Alenquer	3
Sobral de Monte Alago	3
Almada	2
Almada	2
Azambuja	2
Cadaval	2
Portel	1
Total Geral	682

Concurso Nacional de Acesso de 2015

Fonte: DGES, Concurso Nacional de Acesso de 2015

| Relatório de Atividades 2015 |

f) Desemprego de diplomados

A análise do nível de empregabilidade dos cursos superiores é um tema que está na ordem do dia. Nos últimos anos tem surgido várias Instituições, oficiais e não oficiais, que publicam com regularidade os rankings das Universidades e Cursos Superiores. Um dos indicadores utilizados na fórmula de cálculo desses rankings diz respeito à taxa de empregabilidade. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência tem vindo a disponibilizar na sua página oficial (**Link:** www.dgeec.mec.pt) desde 2011, estatísticas relativas aos desempregados registados com habilitação superior. A **Tabela 14** provém dessa Entidade Pública. Os dados aí relatados asseguram à FDUL, na análise da proporção de desempregados face ao total de diplomados, o primeiro lugar das Instituições em referência. A FDUL registou 2,7% de desempregados em junho de 2015 de um total de 13861 diplomados.

Tabela 14 | Número de diplomados desempregados em junho de 2015, com habilitação superior obtida entre 1984 e 2014 e aos diplomados entre 1984 e 2014

Instituição de Ensino Superior	Total de Desempregados ^{a)}	Total de Diplomados ^{b)}	Percentagem de Desempregados face ao Total de Diplomados
Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	287	13861	2,07%
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	26	1116	2,33%
Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Direito	162	6329	2,56%
Universidade Independente	6	234	2,56%
Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	243	9361	2,60%
Universidade Moderna	56	2132	2,63%
Universidade Internacional	73	2695	2,71%
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	77	2171	3,55%
Universidade Autónoma de Lisboa	164	4295	3,82%
Universidade Lusíada	239	6173	3,87%
Instituto Superior Bissaya Barreto	9	230	3,91%
Universidade do Porto - Faculdade de Direito	102	1542	6,61%
Universidade do Minho	110	1662	6,62%
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	149	2210	6,74%
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	10	130	7,69%

a) Total de Desempregados com habilitação superior obtida entre 1984 e 2014

b) Total de Diplomados entre 1984 e 2014

Nota: Dados relativos aos desempregados registados no IEFP (junho/2015)

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, caracterização dos desempregados registados com habilitação superior, 2015 disponível em (clique [aqui](#))

3. APOIO AOS ESTUDANTES

As atividades da FDUL neste domínio integram-se no Centro de Apoio ao Estudante (CAE) e compreendem as vertentes de *saídas profissionais, responsabilidade social, tutorias e apoio a estudantes com necessidades educativas especiais*.

O **Gabinete de Saídas Profissionais** tem como principal objetivo ajudar os atuais e antigos alunos da FDUL a entrar no mercado de trabalho, proporcionando-lhes várias ferramentas de procura de emprego. No período considerado o Gabinete de Saídas Profissionais desenvolveu, entre outras, ações nos seguintes âmbitos:

- **Criação e divulgação do Portal de Emprego.**

Definição dos canais de pesquisa das ofertas e adaptação dos conteúdos à realidade da FDUL (Estágios Profissionais; Estágios Curriculares; Estágios de Verão; Mini-estágios; Outros e Comunidade Internacional). Adaptação da estética do Portal à imagem renovada da FDUL, com a colaboração do Gabinete de Comunicação e Imagem; Obtenção da lista dos *emails* dos alunos e de uma forma de validação de dados, de modo a permitir o acesso exclusivo ao Portal de Emprego FDUL. Fase de implementação.

A partir do final de setembro, o GSP iniciou a publicitação do Portal junto dos seus parceiros mais habituais, bem como de todas as entidades empregadoras que já colaboraram com o Gabinete desde o início da sua atividade; procedeu à disseminação de *email* de publicitação junto dos alunos com o apoio do Gabinete de Comunicação e Imagem e da AAFDL; publicação no *facebook* e um *email* tipo de divulgação junto de toda a comunidade FDUL;

- **Apresentação pública do Portal** aquando do painel de abertura das IV Jornadas da Empregabilidade;

- **Balanço** de registos até final de dezembro de 2015: 29 entidades registadas; 316 CVs registados; 19 ofertas já publicadas; 136 (média de 3 por dia) candidaturas efetuadas através do Portal;

- **Receção ao Caloiro:** o GSP participou nas visitas guiadas organizadas pela AAFDL aos recém-chegados à Faculdade;

- **Organização e participação em eventos**

- Implementação da dinâmica “*Business Breakfast*”

| Relatório de Atividades 2015 |

Participação na *Futurália*

Apresentação “Step Forward” a cargo da Sociedade de Advogados GPA

Apresentação a cargo da Sociedade “Neville de Rougemont”

Evento “Log Out”

- *IV Jornadas da Empregabilidade e 1ª edição do Dia Aberto nas Empresas* (em parceria com a Fórum Estudante). Nas Jornadas da Empregabilidade 2015 mantiveram-se os extraordinários níveis de adesão de 2014, bem como o papel incontornável da AAFDL; registaram-se cerca de 200 inscrições nestas sessões. Foi realizado um inquérito de satisfação dirigido aos alunos participantes (em número de 190) para recolha de opiniões e sugestões;

- Iniciativa *Dia Aberto nas Empresas*, em parceria com a Fórum Estudante: visitas a Comissão Nacional de Eleições, laboratórios de Polícia Científica da Polícia Judiciária e cartório notarial.

- *Outras atividades*

Palestra “Como ter êxito na procura de Emprego?” pela *GEORGE Recruiters and Career Change Consultants* seguida de *workshop* de aconselhamento de carreira (24 de novembro);

Palestra “Como ter êxito na procura de Emprego?”, Dr. Jorge Fonseca; seguida de *workshop* de consultoria de carreira (3 hs);

Palestra “Difamação online e cyberbullying – novas fronteiras do direito penal” por *Liberum Advogados* (26 de novembro);

Parceria com *LawForce* – lançamento do curso “*Soft-skills for Law Students*” na FDUL.

- *Divulgação de ofertas* (caracterização e *feedback*)

De janeiro a junho de 2015: Divulgação de 64 novas ofertas desde o início do ano; *Feedback* obtido desde maio de 2013 – cerca de 200 alunos colocados no mercado de trabalho; *Feedback Mini-estágios* – 14 alunos colocados através das parcerias do *Programa de Mini-estágios*; Resultados da cedência de listas dos melhores alunos 2013/14: 10 alunos colocados; Número de alunos colocados através do *Programa de Estágios do IDI – MNE*; 20 alunos já colocados + 6 previstos.

Divulgação de 68 novas ofertas desde julho de 2015; *Feedback* obtido desde maio de 2013 – 283 alunos colocados no mercado de trabalho; *Feedback Mini-estágios* – 22 alunos colocados através das parcerias do *Programa de Mini-estágios* e estabelecimento de uma nova parceria – Garrigues; Cedência anual de listas dos melhores alunos (que autorizaram a cedência

| Relatório de Atividades 2015 |

dos seus dados a terceiros) a Sociedades/Consultoras de grande dimensão: Deloitte; FIND; Linklaters; Price Water Coopers; Ernst & Young; Garrigues; Vieira de Almeida & Associados; Uría Menéndez-Proença de Carvalho e Cuatrecasas Gonçalves Pereira; Número de alunos colocados através do *Programa de Estágios do IDI - MNE*: 27 alunos já colocados;

- *Processos de recrutamento com a colaboração do GSP*
Comissão de Igualdade de Género
Comissão Nacional de Eleições – eleições presidenciais 2016
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- *Atendimento aos alunos*
Atendimento presencial e via *email* de alunos, registando-se um aumento considerável de regularidade na afluência dos alunos, os quais procuram o esclarecimento de dúvidas (p. ex.: elaboração e estruturação de CV; funcionamento do GSP; estágios de acesso à O.A. e outros estágios (estágios de verão); candidaturas ao *Programa de Estágios Curriculares* do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como assinatura dos respetivos protocolos de estágios individuais; dúvidas sobre o novo Portal de Emprego, entre outras).
- *Imagem e estratégias de divulgação*
Continuação da recolha de testemunhos de alunos colocados em estágio para o *site* oficial da FDUL
Criação de um modelo de CV próprio da FDUL, por sugestão da AAFDL
Preparação de um kit-escolas e participação nos “dias das carreiras” das escolas secundárias
- *Tarefas associadas à Tutoria – início de ano letivo/semestre*
Colocação de aviso no *site* da FDUL para recrutamento de uma Rede de Tutores; recolha de candidaturas e seleção dos candidatos pelo júri designado para o efeito, elaboração de horários; recepção das inscrições correspondentes a cada unidade curricular e reencaminhamento para os respetivos tutores.
- *Outras tarefas e projetos*
Inquérito de Empregabilidade dos Diplomados da ULisboa – tarefa de contacto telefónico apelando à participação dos ex-alunos contactados por *email*.
Planeamento de intercâmbio de *staff* ao abrigo do *Programa Erasmus +*

| Relatório de Atividades 2015 |

Desenvolvimentos do Projeto *LawIncubator* – responsabilidade social/formação em *soft-skills*

O **Gabinete de Responsabilidade Social** (GRS) apoia os estudantes da FDUL com dificuldades económico-financeiras, sociais, e de integração. Atua em articulação com os SASUL (Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa), e ao abrigo de protocolos com os nossos parceiros, como a AAFDL e a AAA da FDUL, na divulgação e na criação de apoios sociais aos estudantes (designadamente, bolsas de estudo, bolsas de Mérito Social, apoios sociais indiretos, entre outros).

No âmbito do GRS foram desenvolvidas, em 2015, as seguintes atividades:

- *Atendimento a estudantes*

Durante 2015, o GRS atendeu e acompanhou de forma personalizada mais de uma centena e meia de estudantes em situação de comprovada carência económica, tendo como principais objetivos: a) informar sobre apoios sociais disponíveis; e/ou b) apoiar na apresentação de requerimento para liquidação faseada de propinas de anos anteriores em dívida, dando assim a oportunidade de regularização da situação e de manter o prosseguimento dos estudos.

O GRS foi igualmente chamado a acompanhar alunos: a) com problemas psicológicos e de integração; b) com problemas no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; c) com problemas de alojamento; d) com necessidades educativas especiais. O GRS tem também acompanhado, de forma personalizada e regular, alunos sinalizados pelo SASUL em situação de carência económica combinada com insucesso escolar, através, entre outros, da facilitação de acesso a materiais de estudo e encaminhamento para as tutorias ou para apoios indiretos da AAFDL.

- *Planos de pagamento faseado*

a) Planos de 2014/2015. Os 67 requerimentos deferidos e respetivos planos de pagamento de dívidas foram monitorizados regularmente pelo GRS, com vista à identificação atempada de situações de cumprimento/incumprimento e envio ao aluno de informação sobre a sua situação, alertando para as medidas que advêm do incumprimento assim como a disponibilidade do GRS para ajudar na medida do possível.

b) Planos de 2015/2016. Desde junho de 2015, o GRS atendeu mais de 70 alunos com dívidas à FDUL, que pretendiam o deferimento do pagamento

| Relatório de Atividades 2015 |

através de plano de pagamento faseado; procedeu à sua instrução, apreciação e subsequente acompanhamento no corrente ano letivo, em consonância com a DA.

- *Atribuição de Bolsas de Mérito Social na FDUL*

Acompanhamento dos bolseiros de mérito social selecionados no concurso do ano letivo 2014/2015, e recolha de relatórios dos diferentes responsáveis pelos alunos nos serviços; todos os alunos envolvidos apresentavam a sua situação de propinas regularizada.

Colaboração na atribuição de 17 bolsas de colaboração de longa duração e na constituição de uma carteira de alunos para bolsas de apoio de curta duração, mediante a elaboração de editais, divulgação da iniciativa, recepção de candidaturas e gestão do processo de seleção dos alunos elegíveis.

- *Atribuição de bolsas ALUMNI Solidários*

Atribuição de 7 bolsas de apoio direto para o pagamento integral das propinas de 2014/2015 (1.067,85 € por aluno) e 21 bolsas de apoio indireto para cobrir custos com transportes, no valor de 150€ por aluno.

- *Mailings aos estudantes*

Com o objetivo de informar e dar a conhecer medidas de apoios sociais disponíveis, assim como sobre os procedimentos necessários para a regularização de dívidas.

- *Colaboração com o Gabinete de Saídas Profissionais*

Articulação estreita da sua atuação com o GSP, sobretudo no campo das clínicas legais, mini-estágios e empreendedorismo, capacitação dos alunos com problemas financeiros e de integração, em especial estrangeiros, partilhando informação e conjugando esforços para maior eficácia e eficiência.

- *Colaboração com a AAFDL*

Articulação estreita com a AAFDL; entre outros projetos e atividades, o GRS canalizou para a Biblioteca da AAFDL livros doados por alunos, antigos alunos, docentes e mecenas, assim como, por decisão da Direção, livros da secção de perdidos e achados; cedeu à AAFDL material escolar (pastas, canetas, lápis, blocos de papel) sobrantes de conferências que foram sendo organizadas na FDUL; no concurso da AAFDL para apoios indiretos a alunos com dificuldades económicas, prestou auxílio na verificação da situação económica dos alunos e de não acumulação indevida de ajudas sociais; cedeu à AAFDL, para o seu Fundo de Emergência para alunos carenciados, a

| Relatório de Atividades 2015 |

totalidade dos lucros do projeto da Cartilha Legal Ilustrada.

- *Colaboração com o Núcleo de Estudantes Africanos*
Por forma a garantir apoio aos alunos africanos através de sessões de esclarecimentos presenciais e electrónicas sobretudo sobre apoios sociais e procedimentos de regularização de dívidas.
- *Colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa*
O GRS tem colaborado, enquanto parceiro designado pela FDUL, na Rede Social de Lisboa e no Conselho Local de Ação Social de Lisboa, promovidos pela CML; protocolo de colaboração para o auxílio aos refugiados, designadamente em matéria de literacia e informação jurídicas, inserido no âmbito do Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR Lx)
- *Comissão Social da Junta de Freguesia de Alvalade*
O GRS tem colaborado, enquanto parceiro designado pela FDUL, no projeto da Junta de Freguesia de Alvalade no desenvolvimento da Comissão Social da Freguesia de Alvalade (CSFA), participando em 5 grupos de trabalho (Infância e Juventude; Idade Maior; Direitos Humanos; Educação, Cultura e Desporto; e Acessibilidade, Cidadania e Segurança).
- *Atividade com a Junta de Freguesia do Lumiar*
O GRS colaborou com a Junta de Freguesia do Lumiar na angariação de voluntários para a atividade “Lisboa mais limpa”, a 26 de setembro, que visava a limpeza de *graffiti* na zona de Telheiras.
- *Colaboração com a Fundação D. Pedro IV*
 - a) Programa de voluntariado na Mansão de Marvila
 - b) Conferência sobre o Idoso Dependente
- *Preparação da Clínica Legal de Natal*
Com a Comunidade Vida e Paz: prestação de aconselhamento jurídico a pessoas sem-abrigo e carenciadas, por alunos da FDUL sob supervisão de advogados, e apoio na área da Cidadania dedicada à documentação e fiscalidade
- *Parceria entre a FDUL e a Associação PRO BONO*
Articulação com a Associação PRO BONO, no projeto de clínica legal de voluntariado que procura promover ligações entre instituições de solidariedade social, faculdades e alunos de Direito, advogados e juristas, proporcionando apoio jurídico aos seus beneficiários mais carenciados.
- *iLINC*

| Relatório de Atividades 2015 |

O GRS intermediou a adesão da FDUL à rede internacional de incubadoras legais iLINC, financiada pela Comissão Europeia.

- *ENCLE*

O GRS intermediou a adesão da FDUL, em Março de 2015 à ENCLE – European Network for Clinical Legal Education.

- *Projeto 8 e 80*

Colaboração com projetos de voluntariado de alunos da FDUL

- *Projeto Greenlex*

Colaboração com projetos de voluntariado ambiental de alunos da FDUL

- *Projeto Cartilha Legal Ilustrada com o Estabelecimento de Ensino de Santa Joana*

No seguimento da aprovação da candidatura, considerada de elevado mérito, ao Programa de Apoio a Atividades Extracurriculares dos Docentes, Investigadores e Pessoal não Docente da UL, para publicação da *Cartilha Legal Ilustrada*

- *I PreLaw Summer Course*

O GRS montou, organizou e geriu o *I PreLaw Summer Course* na FDUL, dirigido a alunos do 11.º e 12.º anos

- *Projeto Felicidade da FDUL*

No âmbito do projeto Contributos para a Felicidade Pública na ULisboa.

- *WACT*

Formação a voluntários e organização de ações e projetos de voluntariado em Portugal e em África

- *Alunos com necessidades educativas especiais*

Apoio a ENEE e participação nas reuniões da Rede NEE-ULisboa para aprendizagem e partilha de informações.

4. INVESTIGAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

A FDUL, através de serviços dedicados, apoia a atividade dos Centros de Investigação, a sua conexão funcional com a Escola e a promoção de iniciativas nos domínios da investigação científica.

A investigação jurídica desenvolvida na FDUL articula-se com a atuação dos oito institutos de investigação que acolhe (ICJP, IDC, IDEFF, IDPCC, IDT, IE, IHDPP e IVM), e das unidades de Investigação & Desenvolvimento acreditadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), CIDP – Centro de Investigação de Direito Público, CIDEEFF – Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal e THD - Teoria e História do Direito, Centro de Investigação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, bem como do CIDP - Centro de Investigação de Direito Privado.

A FDUL assume-se como a Escola de Direito com maior volume de produção científica publicada.

A revista generalista da FDUL de Direito da Universidade de Lisboa - “Lisbon Law Review” - adotou, em 2015, uma nova imagem e instituiu um processo “peer-review”, de acordo com o modelo seguido pelas revistas especializadas. Também foi desenvolvida uma estratégia de apoio à promoção da publicação, em especial em áreas que têm baixas margens de rentabilidade, através da criação de uma linha editorial de publicações apoiada financeiramente pela FDUL.

A Biblioteca da FDUL assume uma relevância central no tratamento e difusão de informação jurídica, constituindo uma estrutura essencial de apoio ao modelo de ensino da FDUL e à investigação. A BFDUL realiza atividades e presta serviços de atendimento e referência de informação, de gestão das coleções, permutas, empréstimo interbibliotecas, difusão de informação, gestão de gabinetes de investigação e organização de arquivos³.

³ <http://ww2.fd.ulisboa.pt/Biblioteca/ConheceraBiblioteca/DocumentosInternos.aspx>

5. INTERNACIONALIZAÇÃO

A FD consolida e desenvolve a sua ação internacional promovendo a cooperação científica, a cooperação pedagógica, o intercâmbio, a mobilidade dos seus estudantes e docentes, a integração em redes internacionais e a colaboração com faculdades estrangeiras e outras instituições jurídicas de referência.

A FDUL participa em várias redes e consórcios internacionais de Faculdades de Direito, integrando a ELFA (*European Law Faculties Association*), a Rede ELPIS, a Rotterdam Law Network, a EuropePolis e a Nanterre Network.

No ano de 2015, a FDUL assegurou a participação dos seus alunos em competições internacionais de *moot court*, designadamente: The Philip C. Jessup International Law Moot Court Competition; The Jean-Pictet International Humanitarian Law Moot Court Competition; Moot Court Português de Direito Internacional.

A internacionalização da Faculdade concretiza-se, principalmente, através do *Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais*, do *Instituto da Cooperação Jurídica* e do *Instituto de Direito Brasileiro*.

No ano letivo de 2014-2015, o **Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais** desenvolveu, designadamente, as seguintes atividades:

- *Programas e redes.* Acompanhamento da participação da FDUL nos programas, redes de cooperação e intercâmbio: Rotterdam Law Network, Grupo ELPIS, ELFA (European Law Faculties Association), Consórcio Erasmus Mundus, Rede de Nanterre (Nanterre Network);
- *Protocolos.* Acompanhamento da participação da FDUL em 113 protocolos com Universidades europeias (celebração de 5 novas parcerias). Acompanhamento da participação da FDUL em 68 protocolos com Universidades não pertencentes ao Programa Erasmus +.

- *Intercâmbio de estudantes*

Estudantes recebidos: 115 (no âmbito do Programa Erasmus +, Protocolos; Programa Almeida Garrett e Alunos visitantes)

Estudantes enviados: 105 (no âmbito do Programa Erasmus +, Protocolos; Programa Almeida Garrett e Alunos visitantes)

A edição do Mestrado Conjunto Erasmus Mundus “European Legal Practice”, no ano de 2014/2015 contou com 15 estudantes no total, dos quais 3 estavam inscritos na Faculdade de Direito da Universidade de

| Relatório de Atividades 2015 |

Lisboa.

▪ *Intercâmbio de docentes*

Docentes recebidos: 30; docentes enviados: 3

▪ *Cursos intensivos e professores visitantes*

Organização, promoção e acompanhamento de 23 cursos intensivos, frequentados por 1278 alunos

- Curso Intensivo sobre Direito Constitucional Europeu: Crise Económica e Globalização (2ª edição), Prof. Doutor Francisco Balaguer Calléjon - Universidade de Granada
- Curso Intensivo sobre Interpretação da Lei Constitucional na Europa (1ª edição), Prof. Doutor Rainer Arnold - Universidade de Regensburg
- Curso Intensivo sobre Introdução ao Direito Norte-americano (4ª edição), Prof. Doutor Patrick Hugg - Universidade de Loyola
- Curso Intensivo sobre Direito da Personalidade (2ª edição), Prof. Doutor Silvio Beltrão - Universidade Federal de Pernambuco
- Curso Intensivo de Direito Penal e Processual Penal Norte-Americano (1ª edição), Prof. Doutor Stephen Thaman - Universidade de St. Louis
- Curso Intensivo de Separação de Poderes (2ª edição), Prof. Doutor Boguslaw Banaszak - Universidade de Zielona Góra
- Curso Intensivo Novas Tendências de Política Criminal Contemporânea, Prof. Doutor Jose Luis Diez Ripolles (Universidade de Malaga)
- Curso Intensivo Arbitragem no Direito Económico Internacional, Prof. Doutor Millán Requena Casanova (Universidade de Alicante)
- Curso Intensivo de Bioética, Prof. Doutor Pierre-Henri Prétot (Université Cergy-Pontoise)
- Curso Intensivo Cooperação da Justiça e dos Assuntos Internos da União Europeia, Prof. Doutor Jaap de Zwaan (Universidade Erasmus Roterdão)
- Curso Intensivo de Direito Comportamental e Economia (2ª edição), Prof. Doutora Rute Saraiva (Universidade de Lisboa)
- Curso Intensivo de Globalização e proteção internacional dos Direitos Humanos (1ª edição), Prof. Doutora Marine Toullier (Universidade de Rouen)
- Curso Intensivo de Direito Processual Civil Europeu, Prof. Doutor

| Relatório de Atividades 2015 |

Steffen Pabst (Universidade de Leipzig)

- Curso intensivo História da Teoria do Crime: da formação da dogmática ao direito constitucional penal (3ª edição), Professor Dr. Cláudio Brandão, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
 - Curso Intensivo de Direito da Concorrência Europeu I: A Lei da Estrutura do Mercado (1ª Edição), Professor Dr. Bernd Oppermann, Leibniz Universitaet Hannover
 - Curso Intensivo Direito da Personalidade (3ª Edição), Professor Dr. Sílvio Beltrão, Universidade Federal de Pernambuco
 - Curso Intensivo Direito Fiscal Europeu - Impostos Indiretos (5ª Edição), Professora Dra. Rita de la Féria, University of Durham
 - Curso Intensivo Direito Fiscal Europeu: Impostos Indiretos (Curso Avançado, 1ª Edição), Professora Dra. Rita de la Feria, University of Durham
 - Curso Intensivo de Teoria Constitucional do Federalismo, Realidade Federal e Novos Desafios, Professor Dr. Vicente A. Sanjurjo Rivo, Universidade de Santiago de Compostela
 - Curso Intensivo em Proteção Regional dos Direitos Fundamentais nos Estados Unidos da América, África e Europa (1ª Edição), Professora Dra. Marine Toullier (Université de Rouen)
 - Curso Intensivo de Introdução à Constituição Norte Americana (2ª Edição), Professor Dr. Russell Weaver, University of Luisville
 - Curso Intensivo de Direito da Concorrência Europeu II: Procedimentos em Matéria de Cartel, a Lei e Procedimento da Concorrência Desleal (1ª Edição), Professor Dr. Bernd Oppermann, Leibniz Universitaet Hannover
 - Curso Intensivo A Lei como Instituição, Professor Dr. Massimo de la Torre, Universidade de Catanzaro
- *Representação da Faculdade de Direito em eventos internacionais*
O GERI assegurou a representação da FDUL em 5 eventos internacionais

Através do **Instituto de Cooperação Jurídica** a FDUL promoveu, no ano de 2015, *atividades de docência e ensino* de cursos conferentes de grau e de cursos pós graduados, bem como a realização de *conferências* e a continuidade da *atividade editorial*.

| Relatório de Atividades 2015 |

Um número total de 1092 alunos beneficiou no estrangeiro da lecionação por docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou por docentes por estes coordenados, no âmbito da Cooperação Jurídica, correspondendo esse total a 541 alunos de Cursos de Licenciatura, 218 alunos de Cursos de Mestrado, 306 alunos de Cursos de Pós-Graduação e 27 alunos de Cursos de Doutoramento.

Considerando a distribuição geográfica:

- ANGOLA - 34 alunos

27 alunos nos Cursos de Mestrado: I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (realizado em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (FDUES), no Huambo); I Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (realizado em colaboração com a FDUES); II Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (na Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (FDUMN), no Lubango)

7 alunos nos Cursos de Pós-Graduação: II Curso de Formação Avançada para candidatos ao Doutoramento (na FDUMN); I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Registos e do Notariado (em colaboração com a FDUMN).

- CABO VERDE – 60 alunos

29 alunos no Curso de Mestrado: I Curso de Mestrado em Direito (parceria entre a FDUL e a Universidade do Mindelo, em São Vicente); I Curso de Mestrado em Direito Privado e Processo Civil (em colaboração com o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde, ISCSJ);

31 alunos no Curso de Pós-Graduação: I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos (Civis, Bancários, Seguros, Públicos e Internacionais) (em parceria entre a FDUL e o ISCSJ).

- GOA – 31 alunos

31 alunos no Curso de Pós-Graduação: VIII Curso de Pós-Graduação para a atribuição do Diploma de Direito Civil (em colaboração com o V.M. Salgaocar College of Law, de Pangim, em Goa)

- NOVA DELI – 81 alunos

81 alunos no Curso de Pós-Graduação: I Curso de Pós-Graduação para atribuição do Diploma em Direito Europeu (em colaboração entre o Indian Law Institute, de Nova Deli)

- GUINÉ-BISSAU – 409 alunos

343 alunos no Curso de Licenciatura: A FDUL assegura a coordenação científica da Faculdade de Direito de Bissau (FDB), através de um Assessor Científico, Professor da FDUL, que desempenha funções de supervisão

| Relatório de Atividades 2015 |

científica e pedagógica sobre o conjunto da atividade letiva da FDB, e a regência, através de dois Assistentes, de várias disciplinas da Licenciatura em Direito;

66 alunos no Curso de Pós-Graduação: I Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia e dos Recursos Naturais (em colaboração com a FDB); I Curso de Pós-Graduação em Direito das Telecomunicações (em colaboração com a FDB)

- MACAU – 3 alunos

3 alunos no Curso de Doutoramento: I Curso de Doutoramento em Administração Pública (em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau)

- MOÇAMBIQUE – 428 alunos

198 alunos no Curso de Licenciatura: A FDUL assegurou em 2015 a lecionação de várias disciplinas na Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, através de uma Assistente

116 alunos nos Cursos de Mestrado: IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM), em Maputo); III Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (na FDUEM); III Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (na FDUEM); IV Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas (em colaboração com a FDUEM); V Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas (em colaboração com a FDUEM); I Curso de Mestrado em Direito Judiciário (em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze (FCSHUZ) e a FDUEM, foi lecionado em 2015 por Professores da FDUL, da (FCSHUZ) e da FDUEM)

90 alunos no Curso de Pós-Graduação: II Curso de Pós-Graduação sobre Direito da Energia (em colaboração com a FDUEM, em Maputo); I Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Empresariais (na FDUEM); I Curso de Pós-Graduação em Direito dos Petróleos e do Gás (na FDUEM)

24 alunos no Curso de Doutoramento: I Curso de Doutoramento em Direito (na FDUEM); II Curso de Doutoramento em Direito (na FDUEM)

- TIMOR-LESTE – 46 alunos

22 alunos nos Cursos de Mestrado: O I Curso de Mestrado em Direito (na Universidade Nacional de Timor-Leste); II Curso de Mestrado em Direito (Universidade Nacional de Timor-Leste)

| Relatório de Atividades 2015 |

O ICJ promoveu a realização ou a participação de professores da FDUL nas seguintes *conferências*:

- “A Arbitragem e no setor petrolífero” (Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Luanda)
- “Introduction to Private International Law” (Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Indian Society of International Law)
- “O contencioso administrativo em Moçambique: breve análise comparatística, à luz da legislação portuguesa” (Prof. Doutora Carla Amado Gomes, FD da Universidade Unizambeze, na Beira)
- “African law (South Africa's Constitutionalism)” e “The supranational unification of African Law” (Prof. Doutor Babatunde Fagbayibo, FDUL, 9 e 11 de setembro de 2015)
- “Divórcio dos Japoneses no Brasil” (Prof. Doutor Masato Ninomiya, FDUL, 23 de setembro de 2015)
- “Direito Português na Jurisprudência e Legislação Indiana” (Prof. Doutor Elgar Noronha, FDUL, 12 de outubro de 2015)
- “O Direito Comparado e o seu papel na formação dos juristas” (Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Fac. Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze, Beira)
- “Reforma do Código de Processo Civil Português” (Prof. Doutor Rui Pinto, Fac. Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze, Beira)
- Jornadas Comemorativas do 25º Aniversário da Faculdade de Direito de Bissau, sobre “A consolidação do Estado de Direito Democrático na Guiné-Bissau”, realizadas nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2015, na Assembleia Nacional Popular na Guiné Bissau, Profs. Doutores Cláudio Monteiro, Dário Moura Vicente, Fernando Loureiro Bastos, Jaime Valle, Januário Costa Gomes, Luís Menezes Leitão, Paulo Sousa Mendes e Rui Ataíde.
- “A arbitragem como instrumento de internacionalização e diversificação da economia” (Prof. Doutor Dário Moura Vicente, Palácio de Justiça de Luanda)
- “Pluralismo jurídico e normatividades paralelas” (Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos na Universidade de Mindelo, São Vicente, Mindelo, Cabo Verde)

No âmbito da respectiva atividade editorial, o ICJ promoveu a publicação de:

- *Direito dos Petróleos: Uma Perspectiva Lusófona*, 2.ª edição revista e

| Relatório de Atividades 2015 |

aumentada – Dário Moura Vicente, Coord. (Almedina, 2015)
- *Segurança social guineense* – Eugénio Moreira (Almedina 2015)

O **Instituto de Direito Brasileiro (IDB)**, apoia as atividades dos Institutos e centros de investigação da FDUL relativas à cooperação com o Brasil, nas várias áreas científicas em que estão organizados; e trabalha em colaboração com o NELB – Núcleo de Estudantes Luso-Brasileiros para reforçar a integração dos alunos brasileiros na nossa comunidade académica e a sua participação nas organizações do IDB ou por ele apoiadas. Realiza atividades de cooperação com diversas instituições brasileiras, nomeadamente concretizando o planeamento fixado nos protocolos que com elas celebra. São mais de 100 os protocolos vigentes com Universidades e Faculdades, Escolas de Magistratura, Escolas de Advocacia, Institutos de investigação e de divulgação da Cultura Jurídica. O Instituto de Direito Brasileiro tem promovido a cooperação científica, cultural e pedagógica entre a FDUL e as mais diversas Instituições Brasileiras, continuando a política institucional prosseguida anteriormente, de estreitamento dos laços académicos entre os dois países a partir do elo comum: a língua.

Apresentam-se, em síntese, as atividades desenvolvidas pelo IDB da FDUL no ano de 2015:

- *Protocolos vigentes em 2015*
 - Universidade Federal do Pará. Belém – Pará (2 protocolos)
 - Instituto Sílvio Meira. Belém – Pará
 - Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Belém – Pará
 - Universidade Federal do Tocantins. Palmas – Tocantins
 - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – Ceará.
 - Universidade Federal do Ceará e Instituto Paulo Bonavides. Fortaleza – Ceará
 - Faculdade Sete de Setembro (Fa7). Fortaleza – Ceará. Desde 2012
 - Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza – Ceará. Desde 2014
 - Faculdade Maurício de Nassau. Natal – Rio Grande do Norte. Desde 2011
 - Universidade Tiradentes. Natal – Rio Grande do Norte
 - Universidade Potiguar. Natal – Rio Grande do Norte
 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró – Rio Grande do Norte
 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal – Rio Grande do Norte

| **Relatório de Atividades 2015** |

Universidade Federal do Maranhão. São Luís – Maranhão
Faculdades Integradas Barros Melo. Olinda – Pernambuco. Desde 2011
Universidade Católica de Pernambuco. Recife – Pernambuco. Desde 2004
Faculdade Damas da Instrução Cristã. Recife – Pernambuco. Desde 1997
Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). Recife – Pernambuco. (5 protocolos)
Escola de Magistratura Federal da 5ª Região. Recife – Pernambuco
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife – Pernambuco
Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Salvador – Bahia
Escuela Judicial de América Latina. Salvador – Bahia
Ordem dos Advogados do Brasil – Bahia. Salvador – Bahia
Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESAD). Salvador – Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana – Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – Bahia
Universidade de Salvador (UNIFACS). Salvador – Bahia
Universidade Federal de Sergipe (UFS). Aracaju – Sergipe
Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió – Alagoas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande – Paraíba
Universidade Santa Cecília. Santos – São Paulo
Faculdades Integradas do Centro Universitário (UNIFAFIBE). Bebedouro – São Paulo
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). São Paulo – São Paulo
Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha – Centro Universitário de Marília. Marília – São Paulo
Universidade 9 de Julho. São Paulo – São Paulo (2 protocolos)
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo – São Paulo
Fundação Armando Álvares Penteado. São Paulo – São Paulo
Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (EMATRA 2). São Paulo – São Paulo
Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). São Paulo – São Paulo
Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). São Paulo – São Paulo
Escola Paulista de Magistratura (EPM). São Paulo – São Paulo
Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (ESPGE). São Paulo – São Paulo

| **Relatório de Atividades 2015** |

Colégio dos Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP).
(São Paulo)
Escola Superior de Direito Constitucional. São Paulo – São Paulo
Fundação Getúlio Vargas (FGV). São Paulo – São Paulo
Pontifícia Universidade Católica (PUC de Campinas). Campinas – São Paulo
Universidade Federal de São Carlos (UFScar). São Carlos – São Paulo
Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo – São Paulo
Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas – São Paulo
Universidade Paulista (UNIP). São Paulo – São Paulo
Universidade de Taubaté (UNITAU). Taubaté – São Paulo
Faculdade Internacional Signorelli. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Faculdades Católicas – Associação Mantenedora da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro (2 protocolos)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ), Fundação da ESDPRJ
e do CEJDPRJ. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Rio de Janeiro – Rio
de Janeiro
Escola da Magistratura do Estado Rio de Janeiro – (EMERJ). Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro
Universidade Cândido Mendes (UCAM). Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Rio de Janeiro – Rio de
Janeiro
Sociedade N C H de Educação (UNIGRANRIO). Duque de Caxias – Rio de
Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro –
Rio de Janeiro
Universidade FUMEC. Belo Horizonte – Minas Gerais
Instituto de Educação Superior e Pós-Graduação Ltda. Ipatinga – Minas
Gerais
Escola Superior Dom Hélder Câmara. Belo Horizonte – Minas Gerais
Faculdade de Direito Milton Campos. Nova Lima – Minas Gerais

| **Relatório de Atividades 2015** |

Unicentro Newton Paiva; Belo Horizonte – Minas Gerais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG). Belo Horizonte – Minas Gerais
Escola Superior de Justiça (ESJUS). Belo Horizonte – Minas Gerais
Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte – Minas Gerais
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte – Minas
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ouro Preto – Minas Gerais
Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia – Minas Gerais
Centro Universitário São Camilo. Cachoeiro do Itapemirim – Espírito Santo
Universidade Vila Velha. Vila Velha – Espírito Santo
Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Vitória – Espírito Santo
Ordem dos Advogados do Espírito Santo (OABES). Vitória – Espírito Santo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória – Espírito Santo
Faculdade Meridional (IMED). Passo Fundo – Rio Grande do Sul
Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – Rio Grande do Sul (2 protocolos)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – Rio Grande do Sul
Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – Rio Grande do Sul
Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul – Rio Grande do Sul
Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul – Rio Grande do Sul
Escola Superior da Magistratura (ESM/AJURIS). Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE-RS). Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande – Rio Grande do Sul
Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas – Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRS). Porto Alegre – Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Santa Maria (USM). Santa Maria – Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bagé – Rio Grande do Sul

| Relatório de Atividades 2015 |

Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo – Rio Grande do Sul
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis – Santa Catarina (2 protocolos)
Universidade Regional de Blumenau (URB). Blumenau – Santa Catarina
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí – Santa Catarina
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Curitiba – Paraná
Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba – Paraná
Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL). Curitiba – Paraná
Faculdades Integradas do Brasil. Curitiba – Paraná
Centro Universitário de Maringá (CESUMAR). Maringá – Paraná
Faculdade de Direito de Curitiba. Curitiba – Paraná
Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Curitiba – Paraná
Universidade Positivo (UP). Curitiba – Paraná
Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba – Paraná
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UOPR). Cascavel – Paraná
União Educacional do Planalto Central/Faculdades Integradas da União da União Educacional do Planalto Central (FACIPLAC). Brasília – Distrito Federal
Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília (FDUCB). Brasília – Distrito Federal
Centro de Ensino Unificado de Brasília (UNICEUB). Brasília – Distrito Federal
Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB). Brasília – Distrito Federal
Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB). Brasília – Distrito Federal
Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS)/Escola da Magistratura do Distrito Federal e dos Territórios (ESMADF). Brasília – Distrito Federal
Banco Central do Brasil. Brasília – Distrito Federal
Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU). Brasília – Distrito Federal
Ministério da Justiça do Brasil. Brasília – Distrito Federal
Supremo Tribunal Federal (STF). Brasília – Distrito Federal
Associação de Juizes Federais do Brasil. Brasília – Distrito Federal
Universidade de Brasília (UNB). Brasília – Distrito Federal
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Cuiabá – Mato Grosso

- *Atividades realizadas em 2015*

1. Palestra/Aula “A Guarda Partilhada: entre o Direito, a Filosofia e a Psicologia” (realizado na Turma A de Filosofia do Direito), Prof. Doutora

| Relatório de Atividades 2015 |

- Evani Zambom Marques da Silva – PUC-SP – 3 de março.
2. Ciclo de Conferência “A Psicologia Forense: entre a Universidade e o Tribunal” – 3 de março. Organizado pelo IDB/FDUL, a Confederação Nacional das Associações de Família (CNAF) e o Grémio de Psicólogos.
 3. Ciclo de Conferência “Direito e Identidade em Língua Portuguesa” - 5 março.
 4. Visita do Diretor da PUC-SP, Professor Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, março
 5. Encontros-Debate - 30 de março, O Direito Civil-Constitucional no Brasil: uma nova forma de garantir a efectivação dos Direitos Humanos e “Direito à Educação no Brasil: Judicialização, Políticas Públicas e efectividade do Direito Fundamental”.
 6. Conferência “Reforma Política no Brasil”, Vice-Presidente Michel Temer - 20 abril.
 7. Seminário “Alienação Parental e o Direito” - 24 de abril.
Organizado pela Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, com o apoio do Instituto de Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
 8. Ciclo de Conferência “Encontros de Direito da Família: A Guarda Partilhada: entre o Direito, a Filosofia e a Psicologia” - 8 de maio.
 9. Ciclo de Conferências Permanentes “À conversa com..”. Professora Doutora Evani Zambom - 11 de maio. No âmbito do ciclo de Conferências permanentes com o título “À conversa com...” , O IDB/FUL organizou a conferência seguida de debate com magistrados-professores do Centro de Estudos Judiciários com o tema “Atuação da Psicologia Judiciária junto aos Tribunais Brasileiros”
 10. Colóquio “Encontros de Psicologia Forense” - 13 de maio.
 11. Aula Magistral multidisciplinar Prof.^a Doutora Evani Zambon Marques da Silva – 14 de maio, com o tema “A família como realidade complexa: o direito a precisar da psicologia”.
 12. III Colóquio Luso-Brasileiro de Direito - 12 a 15 de maio.
 13. III Congresso Luso-Brasileiro de Direito “Os desafios do Direito no século XXI” - 14 e 15 maio. Organizado pelo IDB/FDUL, o Instituto Sílvio Meira, o Núcleo de Estudo Luso-Brasileiros.
 14. I Seminário Ibero-americano de Direito e Controlo “O papel dos Tribunais de Contas: julgamento e controlo” – 19 a 22 de maio.

| Relatório de Atividades 2015 |

Organizado pelo IDB/FDUL, o Instituto Rui Barbosa e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

15. Conferência pela Professora Doutora Elisabete Rocha, Ministra do Supremo Tribunal Militar, “Os Direitos Fundamentais dos Militares ante as Relações Especiais de Sujeição” - 29 de junho.

16. III seminário Luso-brasileiro de Direito “Estado de Direito, direitos fundamentais e combate à corrupção – interfaces Portugal/Brasil” - 7 a 9 de abril. O IDB/FDUL apoiou, institucionalmente, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na organização do III seminário Luso-brasileiro de Direito “Estado de Direito, direitos fundamentais e combate à corrupção – interfaces Portugal/Brasil”.

17. II Congresso Luso-Brasileiro “Os 70 Anos do fim da Segunda Guerra Mundial: Transformações Jurídicas” - 25, 26 e 27 de maio.

18. Assinatura do Convénio com o Tribunal de Contas de Santa Catarina e CEJUR. - 6 de agosto.

19. Palestra na ACADEPOL (Academia de Polícia de São Paulo) no Curso Superior de Polícia - 10 de agosto.

20. Assinatura (renovação) do Convénio entre a Universidade de Lisboa, FDUL e a Faculdade de Direito da PUC-SP - 11 de agosto.

21. Visita do Reitor da UL, do Diretor da FDUL e do Presidente do IDB ao Tribunal de Justiça de São Paulo - 11 de agosto. Integraram ainda a delegação da UL, o Vice-Reitor, Prof. Doutor Luís Ferreira e a Administradora, Dra. Ana Maduro

22. Visita à Assembleia Legislativa de São Paulo - 11 de agosto. O presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez, recebeu a visita de uma comitiva da Universidade de Lisboa, com o objetivo de divulgar a Universidade e estabelecer vínculos institucionais.

23. Assinatura do Convénio entre FDUL, pelo seu Diretor, e Mackenzie-SP - 11 de agosto.

24. Visita ao Consulado Geral de Portugal em São Paulo - 12 de agosto. Em visita a S. Paulo, uma comitiva da Universidade de Lisboa presidida pelo seu Reitor, Prof. Doutor António Cruz Serra.

25. Assinatura do Convénio entre FDUL e ANAPE (DF) - 14 de agosto.

26. Palestra e debate no Supremo Tribunal Federal em Brasília (DF) - 14 de agosto.

27. Debate “Segurança na internet e aplicação da justiça”, na APAMAGIS –

| **Relatório de Atividades 2015** |

Associação Paulista de Magistrados - 17 de agosto.

28. Assinatura do Convénio entre a FDUL e o Centro Universitário UBM (RJ) - 26 a 28. de agosto.

29. Assinatura de Protocolo de Colaboração entre a FDUL e a ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense – 8 de setembro

As ações propostas pelo Convénio são extensivas a actividades conjuntas entre a FDUL e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO) e a Universidade Federal de Tocantins (UFT). 16

30. Visita do Presidente da UNISULMA e do Presidente do CECGP, instituições maranhenses – 8 de setembro. O Presidente da UNISULMA - Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão, Prof. Doutor Dimas Salustiano da Silva e o Presidente do CECGP - Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública, Prof. Doutor Sérgio Víctor Tamer, visitaram a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e demonstraram interesse em realizar Protocolos de Colaboração Académica e Científica entre as suas instituições e a FDUL.

31. Conferência “Encontros de Direito da Família: A exequibilidade das sentenças nos tribunais de família e menores” - 11 de setembro.

32. IV Congresso Luso-brasileiro de Direito: Os desafios do Direito no Século XXI – Em homenagem ao Jurista Zeno Veloso - 16 e 17 de setembro.

33. Conferência “Evolução da Regulação Bancária e Financeira no Brasil desde a criação do Banco Central Brasileiro em 1965” - 9 de outubro.

34. Conferência “A Europa e a Crise dos Refugiados” - 13 de outubro.

35. I Jornada Internacional de Sustentabilidade e Direito: Sustentabilidade como princípio, direito e dever nos diversos âmbitos jurídicos: Reflexões Humanistas Interdisciplinares - 28 a 30 de outubro.

36. Assinatura do Protocolo de Colaboração com a Faculdade de Direito Farias Brito Fortaleza (Ceará) – 1 de setembro.

37. III Jornada Internacional de Direitos Fundamentais – 2 de novembro.

38. Ciclo de Conferências e Palestras com o Prof. Doutor Christian Baldus - De 2 a 5 de novembro. O IDB/FDUL, juntamente com o THD - Centro de Investigação da Universidade de Lisboa, organizou um minicurso e duas conferências com o Professor Christian Baldus, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Heidelberg

39. Aula Inaugural com o Núcleo de Estudos Luso-Brasileiro. O IDB organizou,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2015 |

juntamente com o NELB, uma aula de boas vindas aos estudantes do ano 2015/2016

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em coerência com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que determina que as instituições de ensino superior têm o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico, os Estatutos consagraram, como atribuição da FDUL, o alargamento da sua atividade à comunidade, difundindo as suas realizações e prestando serviços de natureza jurídica. A prestação de serviços à comunidade, no âmbito das suas competências científicas e técnicas, bem como o exercício de atividades de formação orientadas para o exterior, integram-se inequivocamente nas atribuições da FDUL, nomeadamente no que concerne à captação de receitas e ao desempenho do seu relevante papel social.

Em 2015, iniciaram funções duas unidades vocacionadas para a prestação de serviços: Centro de Arbitragem e de Resolução de Litígios (CARL-FDUL) e o Gabinete de Consultoria Jurídica (GCJ).

O GCJ-FDUL é uma unidade técnico-científica da FDUL, que tem por objeto a prestação de serviços de consultoria jurídica à comunidade, tendo, por isso, particular vocação para a realização de pareceres sobre questões jurídicas, para a feitura de projetos de atos normativos, para ações de formação de recursos humanos e para a elaboração de projetos de investigação científica aplicada.

No período em apreço, o GCJ desenvolveu as seguintes atividades:

- *Ações de formação*
 - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social: três ações de formação relativas ao novo Código de Procedimento Administrativo (14 hs cada)
 - ICP-ANACOM Autoridade Nacional de Comunicações: três ações de formação relativas ao novo Código de Procedimento Administrativo, duas para juristas (18 hs cada) e uma para não juristas (6 hs)
- *Pareceres jurídicos*
 - Junta de Freguesia de Alvalade
 - Governo da República Democrática de Timor-Leste
- *Concepção de projetos de atos normativos*
 - Infarmed, I.P.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2015 |

O CARL-FDUL é outra das novas unidades administrativas dedicadas à prestação de serviços à comunidade, vocacionada para oferecer serviços na área da arbitragem e da mediação, sem prejuízo de vir a desenvolver outros meios de resolução de litígios. Sendo um centro de arbitragem numa faculdade de direito pública, além da normal componente de arbitragem, pretende-se uma ligação à investigação e formação, tanto ao nível da licenciatura como de estudos pós-graduados, tendo em vista a preparação especializada de alunos para estas áreas de atuação.

7. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

No ano de 2015, a FDUL promoveu, através do serviço de comunicação e imagem, a consolidação do novo *site* da Faculdade, a difusão de informação sobre a oferta lectiva, regras de formatação de documentação institucional, a publicitação de eventos, acompanhamento das páginas da FDUL nas redes sociais, *Newsletter* da FDUL, entre outras atividades.

8. RECURSOS HUMANOS

O Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa insere-se na Divisão Administrativa, uma das unidades administrativas de gestão da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Desenvolve as ações necessárias à gestão administrativa da relação laboral dos seus trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo ou da carreira, que vão desde o processo de contratação passando pela avaliação do desempenho até ao processamento de vencimentos e demais obrigações legais.

É responsável pelo registo e controlo da vida funcional dos docentes, sendo as suas principais atividades constituídas por tarefas quotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos seguintes processos: controlo de assiduidade, acumulação de funções docentes e não docentes com outras entidades públicas e privadas, gestão de contratos de trabalho, como prorrogação, renovação e alterações contratuais, dispensas de serviço docente e licenças sabáticas, reportes à Reitoria da Universidade de Lisboa no âmbito do processamento das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e outros colaboradores (vencimentos), reportes às entidades oficiais decorrentes de obrigações declarativas, gestão de ausência de trabalhadores, como agendamento de férias, faltas e licenças, elaboração de dados estatísticos (Rebides, Index, Balanço Social, SIOE, RAF, entre outros), Conta de Gerência, mapas de apoio à execução do orçamento e apoio a concursos de trabalhadores, nomeadamente elaborando os editais (português e inglês) e integrando júris.

Têm também a seu cargo a publicitação em Diário da República de todos os actos que para poderem ter eficácia é obrigatória a sua publicação, e a leitura diária do Diário da República e respectiva distribuição pelos serviços e direcção da legislação ou outras publicações que sejam de importância para os mesmos, para

| Relatório de Atividades 2015 |

além das publicações obrigatórias por lei a constarem da página da Faculdade, bem como de outras informações relevantes.

Os recursos humanos têm um atendimento de público permanente quer presencial quer telefónico sendo confrontado frequentemente pelos trabalhadores docentes e não docentes e pelos Órgãos da Faculdade com questões e dúvidas sobre legislação e outras matérias, a que têm de responder. Para tal têm de estar constantemente a actualizar os seus conhecimentos, o que os obriga a frequentarem várias acções de formação, bem como em constante pesquisa e leitura da legislação.

Preparam e divulgam acções de formação propondo à direcção a frequência dessas acções pelos trabalhadores da Faculdade.

Estão a trabalhar num projecto para apresentarem à Direcção da Faculdade com vista à promoção e implementação da medida imposta pela Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, sobre Segurança e Saúde no Trabalho.

Mantém ainda actualizado, quer informaticamente, quer em suporte de papel o arquivo de pessoal.

Tem colaborado activamente com a Reitoria no que respeita aos serviços partilhados, participação em reuniões para análise de procedimentos comuns e na partilha das boas práticas, bem como na análise dos processos na mudança de programas informáticos.

A 31 de dezembro de 2015, a FDUL contava no seu quadro de pessoal com os seguintes efetivos:

Pessoal docente	199
Pessoal não docente	55

Número de docentes por categoria profissional

Prof. Catedrático	21
Prof. Associado	21
Prof. Auxiliar	61
Assistente	24
Prof. Auxiliar Convidado	5
Assistente Convidado	67

| Relatório de Atividades 2015 |

Número de não docentes por categoria profissional

	Diretor Executiv o	Dirigente interméd o 2º grau	Dirigente interméd o 3º grau	Técnico Superio r	Assistent e Assistent e técnico	Coordenad o Técnico	Assistente operaciona l	Especialista de informática	Técnico de Informática	Bolsa de Investigação
CTFPs por tempo indeterminad o	0	1	2	17	14	4	5	1	1	
Contrato de emprego apoiado no âmbito do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das pessoas com Deficiência e Incapacidade através do IEFP							4			
Bolsas de Investigação da ULisboa										6

9. RECURSOS MATERIAIS

No decurso do ano de 2015 foram realizadas as seguintes alterações e obras conexas:

- Deslocação dos serviços do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos, do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial, do Gabinete de Informática e do Gabinete de Apoio ao Estudante para a cave do edifício antigo da Faculdade, em local anteriormente ocupado por salas de aulas;
- Requalificação e adaptação como salas de aula dos espaços anteriormente ocupados pelos Núcleo de Gestão de Recursos Humanos e Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial;
- Remodelação do 3.º piso do edifício antigo da Faculdade para instalação do GCJ-FDUL e do CARL-FDUL.

Índice de Tabelas

Tabela 1 Análise evolutiva do número de inscritos em Licenciatura	8
Tabela 2 Análise evolutiva da admissão de Alunos de Licenciatura através de concursos especiais de acesso	9
Tabela 3 Análise evolutiva do número de inscritos em Mestrado	10
Tabela 4 Análise evolutiva do número de inscritos em Doutoramento.....	11
Tabela 5 Análise evolutiva do número de inscritos cursos não conferentes de grau	11
Tabela 6 Análise evolutiva do número total de inscritos.....	12
Tabela 7 Análise evolutiva do número de diplomas de Licenciatura atribuídos.....	12
Tabela 8 Análise evolutiva do número de diplomas de Mestrado atribuídos	14
Tabela 9 Análise evolutiva do número de diplomas de Doutoramento atribuídos	14
Tabela 10 Análise evolutiva do número de diplomas atribuídos	15
Tabela 11 Número de alunos inscritos por nacionalidade estrangeira, entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16.....	16
Tabela 12 Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso de 2015-16, por Instituição de Ensino Superior.....	18
Tabela 13 Número de candidatos.....	21
Tabela 14 Número de diplomados desempregados em junho de 2015, com habilitação superior obtida entre 1984 e 2014 e aos diplomados entre 1984 e 2014.....	22

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2013-14.....	13
Gráfico 2 Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2012-13.....	13
Gráfico 3 Média das notas finais de alunos graduados do curso de Licenciatura em Direito no ano letivo 2014-15.....	13
Gráfico 4 Percentagem de alunos inscritos por nacionalidade, no ano letivo 2015-16.....	16
Gráfico 5 Nota de Candidatura do Último Colocado na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso, entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16.....	18
Gráfico 6 Número de candidaturas através do CNA, à Licenciatura em Direito (id. 9078), entre os anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16.....	19
Gráfico 7 Número de candidaturas à 1ª fase do CNA, por ordem de escolha dos candidatos, nos anos letivos 2013-14, 2014-15 e 2015-16.....	20



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

| Relatório de Atividades 2015 |

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 | Distribuição geográfica dos candidatos à primeira fase do CNA do ano letivo 2015-16